

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

**AQUISIÇÃO DE FLOCULANTES E COAGULANTES PARA AS
FÁBRICAS DE ÁGUA DA TEJO ATLÂNTICO, POR LOTES**

TA_25_044_CI_B_001_DOP

CADERNO DE ENCARGOS

**LOTE 1 - AQUISIÇÃO DE FLOCULANTES E COAGULANTES PARA AS FÁBRICAS DE
ÁGUA DE ALCÂNTARA, DA GUIA, DE MAFRA E DA ZONA NORTE.**

**LOTE 2 - AQUISIÇÃO DE FLOCULANTES E COAGULANTES PARA AS FÁBRICAS DE
ÁGUA DE FRIELAS, DE BUCELAS, DE BEIROLAS, DE CHELAS, DE SÃO JOÃO DA
TALHA, DE ALVERCA, VILA FRANCA DE XIRA, ARRUDA-DOS-VINHOS E PONTES DE
MONFALIM.**

ABRIL 2025

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de Floculantes e Coagulantes para as Fábricas de Água da Tejo Atlântico, por lotes**, nos termos e em conformidade com os **Anexos I a VI** ao presente Caderno de Encargos que dele fazem parte integrante.
2. A presente Aquisição de Bens deverá ser realizada de acordo com as cláusulas especiais definidas no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante.
3. A Aquisição de bens em causa compreende 2 (*dois*) lotes:
 - a) **Lote 1** - Aquisição de Floculantes e Coagulantes para as Fábricas de Água de Alcântara, da Guia, de Mafra e da Zona Norte;
 - b) **Lote 2** - Aquisição de Floculantes e Coagulantes para as Fábricas de Água de Frielas, de Bucelas, de Beirolas, de Chelas, de São João da Talha, de Alverca, Vila Franca de Xira, Arruda-dos-Vinhos e Pontes de Monfalim.
4. Os locais e a caracterização das instalações objeto da presente Aquisição de Bens encontram-se descritos nos **Anexo II** e **Anexo III** ao presente Caderno de Encargos, para os Lotes I e II, respetivamente.
5. As quantidades anuais previstas no **Anexo III** – Lista de Preços Unitários do Programa do Concurso, para cada Lote, possuem natureza meramente indicativa (estimativa), não consubstanciando qualquer vínculo por parte da Tejo Atlântico.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) interessado(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão

- de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”);
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos, que dele fazem parte integrante;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Concorrente;
 - f) O respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário, nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.ª

Prazo contratual

1. O(s) contrato(s) celebrados individualmente por cada lote, inicia(m)-se no dia útil seguinte ao da sua outorga, a qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital, e considerar-se-á (ão) outorgado(s) na última data de aposição de assinatura, mantendo-se em vigor pelo prazo de 1 (*um*) ano, renovando-se automaticamente por 2 (*dois*) períodos de 1 (*um*) ano, até ao limite máximo de 3 (*três*) anos de vigência contratual, caso não seja denunciada pela Tejo Atlântico com uma antecedência mínima de 60 (*sessenta*) dias relativamente ao termo do prazo inicial, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
2. Se, antes de decorrido o prazo mencionado no número 1 da presente cláusula, for atingido o pagamento do preço contratual, o(s) contrato(s) extinguir-se-á(ão), sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação deste(s).

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, que dele fazem parte integrante, constituem obrigações principais do Cocontratante, as seguintes:
- a) Entregar os produtos adquiridos em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, nos locais definidos, nos termos e no prazo máximo estabelecido na Cláusula 6.^a e anexos ao presente Caderno de Encargos;
 - b) Fornecer os produtos em conformidade com a proposta apresentada, com as normas legais aplicáveis ao exercício da atividade, com as características técnicas, ambientais e os níveis de serviço e requisitos definidos no presente Caderno de Encargos, **Anexo I** e demais documentos contratuais;
 - c) Assumir todos os custos inerentes à entrega dos bens nas instalações constantes do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos;
 - d) Garantir a qualidade dos bens fornecidos, em conformidade com a legislação aplicável e os parâmetros definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos;
 - e) Garantir a continuidade de fabrico dos bens a fornecer ao longo do prazo contratual;
 - f) Cumprir as doses máximas contratadas, com um desvio por excesso de, no máximo, 5% (*cinco por cento*);
 - g) Não alterar as condições do fornecimento dos produtos, fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
 - h) Garantir o cumprimento de todas as disposições legais aplicáveis, normas de ambiente e regras de segurança em vigor na Tejo Atlântico, relativamente a todas as operações inerentes à aquisição, transporte, fornecimento e manuseamento dos produtos;
 - i) Providenciar, a suas expensas, todos os equipamentos e meios necessários para a descarga dos produtos fornecidos;
 - j) Responsabilizar-se pelos riscos nas fases de transporte, acondicionamento, embalagem, carga e descarga dos produtos;

- k) Suportar os encargos relativos à aquisição de bens identificados no artigo 445.º do CCP;
- l) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Tejo Atlântico;
- m) Comunicar à Tejo Atlântico, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- n) Prestar de forma correta, atempada e fidedigna todas as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens, bem como todos os esclarecimentos que se justifiquem ou que lhe sejam solicitados pela Tejo Atlântico;
- o) Permitir visitas às instalações de produção do fornecedor;
- p) Atualizar os Documentos de Identificação dos Produtos, nomeadamente, as Fichas Técnicas e Fichas de Dados de Segurança e as regras escritas de transporte e de descarga dos produtos, sempre que se justificar, e fornecer os mesmos à Tejo Atlântico, sempre que forem atualizados;
- q) Utilizar uma ferramenta de e-mail (Outlook ou outra) para garantir a receção das encomendas formuladas pela Tejo Atlântico e o seu tratamento em tempo útil, designadamente quanto ao cumprimento dos prazos de entrega definidos no presente Caderno de Encargos;
- r) Garantir o ressarcimento, à Tejo Atlântico, dos montantes correspondentes às multas aplicadas na sequência de processos contraordenacionais, cujos factos resultem de atos ou omissões, relativos ao objeto do presente contrato, designadamente fornecimento, transporte, manuseamento e descarga e que não sejam imputáveis à Tejo Atlântico;
- s) Disponibilizar a informação de gestão, relevante ao gestor do contrato, designado pela Tejo Atlântico;
- t) Se o Cocontratante não dispuser dos produtos encomendados, por rotura de stock, este deve comunicar o facto à Tejo Atlântico, no momento da receção da Nota de Encomenda;
- u) Na situação referida na alínea anterior, o Cocontratante deve apresentar uma solução alternativa de substituição, por outro produto de qualidade idêntica ou superior, não podendo resultar num acréscimo de custos para a Tejo Atlântico;
- v) Sujeitar-se a auditorias de qualidade, ambientais e de segurança, bem como de

monitorização do fornecimento de Coagulantes e Floculantes, no que respeita ao cumprimento das características técnicas, ambientais, de segurança, prazos de entrega e requisitos do fornecimento.

- w) Responder por todos os atos de quaisquer pessoas que, no âmbito da presente Aquisição de Bens, para ele exerçam funções, sem prejuízo da responsabilidade que possa ser exigida pela Tejo Atlântico, a essas mesmas pessoas;
 - x) Comunicar à Tejo Atlântico todos os incidentes ou acidentes suscetíveis de envolver a sua responsabilidade, dentro das 24 (*vinte e quatro*) horas seguintes à sua ocorrência;
 - y) Assumir a responsabilidade por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Tejo Atlântico e a terceiros, que resultem das suas atividades, exercidas no âmbito do contrato a celebrar, competindo-lhe proceder às reparações necessárias com o devido acompanhamento da Tejo Atlântico, ou a indemnizar quando se trate de danos ou prejuízos em que uma reparação não possa ter lugar (intangíveis);
 - z) No termo do contrato, seja qual for o motivo que o tenha determinado, os equipamentos e acessórios cedidos que não possam ser retirados ou cuja fixação tenha provocado a deterioração das instalações, ingressarão nos ativos da Tejo Atlântico;
 - aa) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no sítio eletrónico da empresa https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf.
2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à aquisição dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O Cocontratante obriga-se a entregar à Tejo Atlântico os bens objeto do contrato, de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos identificados no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem

Caderno de Encargos

utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização dos mesmos, designadamente fichas técnicas e fichas de dados de segurança, redigidas obrigatoriamente em língua portuguesa.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O Cocontratante é responsável perante a Tejo Atlântico por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.^a

Requisitos dos produtos

O Cocontratante obriga-se a entregar à Tejo Atlântico, Floculante e Coagulantes, de acordo com as características, especificações, requisitos técnicos e níveis de serviço previstos no presente Caderno de Encargos e respetivo **Anexo I**.

Cláusula 7.^a

Condições de Entrega dos bens

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues conforme os termos descritos nas condições de fornecimento, de acordo com o **Anexo IV** ao presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante, no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias úteis, a contar da data de envio da nota de encomenda pela Tejo Atlântico podendo, no entanto, esse prazo ser mais reduzido, nos termos definidos na proposta apresentada pelo Cocontratante.
2. Os produtos deverão ser entregues no horário normal de expediente, entre as 09h00m e as 17h00m, ou outro acordado entre a Tejo Atlântico e o Cocontratante e em conformidade com as especificações técnicas aplicáveis e acompanhados de toda a documentação legal necessária à sua circulação.
3. As quantidades estimadas, indicadas no Anexo III do Programa do Concurso possuem natureza meramente indicativa para o período de vigência do contrato, não consubstanciando qualquer vinculação relativa à aquisição de quantidades mínimas por parte da Tejo Atlântico.

4. Se o Cocontratante não dispuser das quantidades solicitadas, designadamente por rotura temporária de stock, deve comunicar o facto à Tejo Atlântico, no momento de receção da Nota de Encomenda, de acordo com o indicado na alínea t) da cláusula 4.^a do presente Caderno de Encargos.
5. Caso a Tejo Atlântico solicite a entrega de produtos, em instalações que não estejam contempladas nos **Anexos II e IV** ao presente Caderno de Encargos, o Cocontratante obriga-se a manter as condições da proposta adjudicada, desde que as novas instalações se situem num raio de, até 20 (vinte) km, em relação às instalações contempladas nos referidos anexos.
6. O Cocontratante, diretamente ou por intermédio de um subcontratado, obriga-se a efetuar a operação de descarga de granel ou contentor, nas instalações constantes do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos, pelos seus meios, nos seguintes termos:
 - a) Os produtos fornecidos em embalagem, paletizados ou não, serão entregues ao nível do solo ou, caso sejam armazenados em dispositivos de confinamento, ao nível dos mesmos);
 - b) Os transportadores deverão prever meios de transporte com plataforma de descarga ou outro meio de igual efeito (grua ou equivalente) e estar munidos dos equipamentos de proteção individual adequados;
7. O Cocontratante deve assegurar/manter o bom estado dos locais e órgãos de descarga que venham a ser utilizados (mangueiras, ligações, etc.), de modo a evitar acidentes/derrames, cumprindo/observando as regras de segurança e especificações quanto à descarga e manuseamento, vigentes na Tejo Atlântico, por todos os intervenientes.
8. A entrega dos produtos é sempre acompanhada dos seguintes documentos:
 - a) Guia de Remessa, da qual deve constar, designadamente:
 - i. A data de entrega;
 - ii. Identificação do Cocontratante;
 - iii. Identificação da instalação de entrega;
 - iv. Número e data da Nota de Encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
 - v. Número do contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
 - vi. Indicação dos produtos fornecidos (quantidade e lote de fabrico do produtor da substância química ativa e lote do fornecedor, se diferente do produtor).
 - b) Certificado de Análise do produto, de acordo com o mencionado na Cláusula 2.^a do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos.

9. O Cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização daqueles, nomeadamente a documentação mencionada na alínea p) da Cláusula 4.^a do presente Caderno de Encargos.
10. Em nenhuma circunstância, a descarga do produto poderá ser iniciada pelo Cocontratante, sem que este tenha obtido a devida autorização para a sua execução, por parte do Operador de Exploração ou do Coordenador do Serviço de Operações da Tejo Atlântico que se encontrar nas instalações, competindo ao Operador de Exploração estar presente durante o período em que aquela operação decorra.
11. No ato da entrega, o Cocontratante deve estar sempre munido da documentação abaixo discriminada, podendo a Tejo Atlântico, sempre que assim o entender, solicitar a sua apresentação:
 - a) Alvará para transporte rodoviário nacional ou internacional de mercadorias por conta de outrem, conforme a origem do produto, previsto no Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de julho, na redação atualmente em vigor;
 - b) Regras escritas de transporte e de descarga do Produto.
12. Realizada a entrega, o Cocontratante fica na posse de uma cópia da guia de remessa, assinada por um representante da Tejo Atlântico, constituindo prova bastante da entrega dos produtos.
13. A assinatura da guia de remessa pela Tejo Atlântico não implica a aceitação de eventuais discrepâncias do produto com as características previstas no presente Caderno de Encargos.
14. Os riscos durante o transporte, acondicionamento, embalagem e carga são da exclusiva responsabilidade do Cocontratante.
15. Se durante a operação de descarga do produto se verificar uma ocorrência que ponha em causa a integridade física de pessoas ou conduza à iminência de danos patrimoniais ou ambientais, o processo será suspenso até que sejam reestabelecidas, pela parte que detém responsabilidade sobre a ocorrência, as condições que garantam a necessária segurança da operação.
16. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da entrega são da responsabilidade do Cocontratante.

Cláusula 8.ª

Inspeção e testes de aceitação

1. No ato de entrega dos bens, a Tejo Atlântico procede à inspeção quantitativa, com vista a verificar se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas na Nota de Encomenda e se estão de acordo com as condições de fornecimento mencionadas no **Anexo IV** ao presente Caderno de Encargos.
2. Caso se verifique que, as quantidades de bens entregues são inferiores às quantidades requisitadas pela Tejo Atlântico, nomeadamente na Nota de Encomenda, deverá o Cocontratante providenciar a entrega das quantidades em falta, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar desse incumprimento, não acrescendo custos para a Tejo Atlântico.
3. No prazo de 15 (quinze) dias, após a entrega dos bens objeto do contrato, a Tejo Atlântico procede à inspeção qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante, e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos na lei.
4. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre uma amostra (mínimo de 25 kg) que a Tejo Atlântico reservará de cada um dos lotes de produto fornecido.
5. Durante a fase da realização de testes, o Cocontratante deve prestar à Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoa devidamente credenciada para o efeito.
6. A Tejo Atlântico deve transmitir ao Cocontratante todas as irregularidades encontradas, sendo que, findo o prazo mencionado no número anterior, sem que tenha comunicado a existência de desconformidades, considera-se que há lugar à aceitação definitiva dos produtos.
7. Caso os produtos entregues não se encontrem em conformidade com o disposto no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável, será da responsabilidade do Cocontratante a substituição dos mesmos.
8. Em caso de desconformidade dos produtos, a Tejo Atlântico procede à devolução dos mesmos ao Cocontratante, dispondo este, de um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 2 para proceder à substituição dos mesmos.
9. Quando as deficiências e irregularidades detetadas não impliquem a devolução do produto, o Cocontratante dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação

referida no n.º 2, para suprir as deficiências e irregularidades detetadas

10. Todos os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, devolução e substituição dos produtos, são da exclusiva responsabilidade do Cocontratante.
11. A devolução dos produtos pela Tejo Atlântico, nos termos do n.º 8 da presente cláusula, não confere ao Cocontratante o direito a qualquer indemnização.

Cláusula 9.ª

Garantia

1. O Cocontratante deve garantir a qualidade dos bens a fornecer durante a vigência do contrato, contra quaisquer deficiências ou desconformidades com as exigências legais e com as características e especificações técnicas.
2. É, designadamente, aplicável à obrigação de garantia dos bens a fornecer o disposto nos artigos 441.º e 444.º do CCP.
3. É, ainda, aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à responsabilidade e obrigações do fornecedor e do produtor e aos direitos do consumidor.

Cláusula 10.ª

Descontinuidade dos artigos

1. Sempre que se verifique a descontinuidade de produção dos produtos a fornecer, o Cocontratante deve proceder à sua substituição, submetendo os termos de atualização à Tejo Atlântico, juntamente com uma declaração, emitida pelo fabricante dos produtos ou pelo representante oficial em Portugal, que confirme a descontinuidade.
2. A atualização dos produtos a fornecer deve obedecer aos seguintes requisitos:
 - a) Manutenção das características do produto constantes da proposta inicial;
 - b) Manutenção dos requisitos legais, técnicos, funcionais e ambientais mínimos exigidos;
 - c) Equivalência dos preços;
 - d) Inalterabilidade das condições contratuais.

Cláusula 11.ª

Dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12.ª

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição, acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.

5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação destes.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Tejo Atlântico, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar a Tejo Atlântico, por escrito, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Tejo Atlântico:

- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 13.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico.
2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 14.^a

Transferência de dados pessoais

- O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade,

independentemente da sua localização, salvo autorização prévia escrita da Tejo Atlântico, exceto se o Cocontratante for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 15.^a

Dever de cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a Tejo Atlântico, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Tejo Atlântico;
- b) Quando a Tejo Atlântico deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO

Cláusula 16.^a

Preço base, Preço contratual e Revisão de preços

- I. O preço contratual não pode ser superior a **7.650.000,00€** (*sete milhões e seiscentos e cinquenta mil euros*), para 3 (*três*) anos de duração máxima de contrato, tendo em consideração a seguinte divisão para cada um dos Lotes, objeto do contrato, nomeadamente:
 - a) **Lote I** - Aquisição de Floculantes e Coagulantes para as Fábricas de Água de Alcântara, da Guia, de Mafra e da Zona Norte: **4.200.000,00€** (*quatro milhões e duzentos mil euros*);
 - b) **Lote II** - Aquisição de Floculantes e Coagulantes para as Fábricas de Água de Frielas, de Bucelas, de Beirolas, de Chelas, de São João da Talha, de Alverca, Vila Franca de Xira, Arruda-dos-Vinhos e Pontes de Monfalim: **3.450.000,00€** (*três milhões e quatrocentos e cinquenta mil euros*).

2. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao Cocontratante o preço resultante do produto das quantidades efetivamente fornecidas pelos preços unitários, constantes da proposta adjudicada, durante o período contratual, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para os respetivos locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. A revisão de preços será calculada semestralmente, a pedido do Cocontratante, no início do 2.º semestre de cada ano de contrato, para aplicação aos fornecimentos a efetuar nos referidos semestres, de acordo com o mencionado no **Anexo V** ao presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante.

Cláusula 17.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Tejo Atlântico, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pela Tejo Atlântico da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após vencimento da(s) obrigação(ções) respetiva(s).
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com o fornecimento efetivo dos bens, em conformidade com a nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico e a guia de remessa rececionada em cada fornecimento, nos termos definidos no número 12 da Cláusula 7.ª ao presente Caderno de Encargos.
3. Os pagamentos serão efetuados de acordo e em função das quantidades de bens efetivamente entregues, tendo por referência os preços unitários adjudicados, não havendo obrigatoriedade de solicitação de quantidades mínimas, sendo as quantidades referidas na lista de preços unitários, meramente indicativas.
4. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1 a 2, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
7. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 18.ª

Faturação

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, as faturas a apresentar pelo Cocontratante à Tejo Atlântico, emitidas em formato eletrónico (EDI) em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Ser emitida após o fornecimento e aceitação dos bens, nos termos do número 12 da cláusula 7.ª do presente Caderno de Encargos;
 - b) Identificar o(s) número(s) da(s) Guia(s) de Remessa;
 - c) Identificar o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
 - d) Identificar o produto fornecido, os locais de entrega e as respetivas quantidades no período em referência;
 - e) Apresentar o preço unitário e global dos bens fornecidos no período em referência;
 - f) Indicar o IVA à taxa legal aplicável.
3. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Cocontratante consultar a informação disponível em:

<https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>.

5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não será objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 19.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo(s) gestor(es) do contrato designado pela Tejo Atlântico:
 - Gestor do contrato: Carla Carvalho
 - Morada: ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa
 - Telefone nº 21 310 7900
 - Correio eletrónico: geral.adta@adp.pt
2. Na ausência, faltas e impedimentos do gestor de contrato designado será o mesmo substituído por:
 - Gestor do contrato: José Martins
 - Morada: ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa
 - Telefone nº 21 310 7900
 - Correio eletrónico: geral.adta@adp.pt
3. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
4. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao Cocontratante, em relatório fundamentado, as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

-
5. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.
 6. O Cocontratante fica ainda obrigado a implementar um programa de acompanhamento das aplicações do produto que incluam visitas periódicas e a elaboração, em cada uma delas, do respetivo relatório, com descrição dos resultados obtidos, incluindo, no mínimo, a informação estabelecida no ponto 8 desta cláusula.
 7. Em situação de desvios nas doses previstas, deverá o Cocontratante justificar os mesmos, com sustentação em testes e ensaios realizados.
 8. A periodicidade mínima das visitas às instalações, de acordo com o indicado no número 5 da presente cláusula, será a seguinte:
 - a) **Lote I**
 - i. ETAR Alcântara e Guia: mensal;
 - ii. ETAR Santa Cruz, Nazaré, Carregado e Torres Vedras: trimestral
 - iii. Restantes: semestral.
 - b) **Lote II**
 - iv. ETAR Frielas: mensal;
 - v. ETAR Alverca, São João da Talha, Chelas, Beirolos e Frielas: trimestral;
 - vi. Restantes: semestral.
 9. O relatório mencionado no número 6 da presente cláusula, incluirá a análise dos seguintes parâmetros:
 - a) **Desidratação de lamas**
 - i. Dosagem de floculante;
 - ii. Concentração de preparação do floculante;
 - iii. Concentração da lama a desidratar;
 - iv. Carga mássica;
 - v. Matéria seca da lama desidratada;
 - vi. Concentração de sólidos em suspensão nas escorrências;
 - vii. Caudal de floculante;
 - viii. Percentagem de água de diluição em linha;
 - ix. Outras informações relevantes.
 - b) **Decantação primária**
-

- i. Dosagem de floculante;
 - ii. Concentração de preparação do floculante;
 - iii. Caudal de floculante;
 - iv. Percentagem de água de diluição em linha;
 - v. Turvação do afluente ao processo;
 - vi. Turvação do efluente do processo;
 - vii. SST afluente ao processo;
 - viii. CQO afluente ao processo;
 - ix. CBO₅ afluente ao processo;
 - x. SST efluente do processo;
 - xi. CQO efluente do processo;
 - xii. CBO₅ efluente do processo;
 - xiii. Caudais tratados.
10. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo Cocontratante devem ser integralmente redigidos em português.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 20.^a

Modificação objetiva do contrato

- I. Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do CCP, o contrato pode ainda ser modificado nas seguintes condições:
- a) Se, por condicionantes de processo de tratamento, se verifique a necessidade de substituir o floculante/coagulante contratualizado por outro mais adequado, mediante elaboração de relatório técnico a efetuar pelo Cocontratante, desde que o preço unitário se mantenha inalterado;
 - b) Se, por condicionantes de processo de tratamento, se verifique a necessidade de aquisição de floculante/coagulante contratualizado, para uma Fábrica de Água não incluída no objeto do contrato, não incorrendo a Tejo Atlântico em custos adicionais de transporte.

Cláusula 21.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Tejo Atlântico pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Tejo Atlântico, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.

Cláusula 22.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento dos requisitos do produto previstos na Cláusula 6.^a, uma sanção contratual até ao valor máximo de 45% (*quarenta e cinco por cento*) do preço da encomenda em causa;
 - b) Sempre que se verificar o incumprimento dos prazos máximos estabelecidos no n.º I da Cláusula 7.^a, será aplicada uma sanção contratual correspondente a 10% (*dez*

porcento) do preço do fornecimento, em causa, por cada dia de atraso, até ao limite máximo de 50% (*cinquenta por cento*) do preço do fornecimento;

- c) Pela omissão de comunicação prevista no n.º 4 da Cláusula 7.^a, será aplicada uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 10% (*dez por cento*) do preço da encomenda em causa;
- d) Pelo incumprimento da obrigação prevista na alínea b) do n.º 8 da Cláusula 7.^a, será aplicada uma sanção contratual, até ao valor máximo de 45% (*quarenta e cinco por cento*) do preço da encomenda em causa;
- e) Pelo incumprimento das obrigações previstas nos n.ºs 8 e 9 da Cláusula 8.^a, será aplicada uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 45% (*quarenta e cinco por cento*) do preço da encomenda em causa;
- f) No caso de incumprimento do prazo definido no n.º 3 da Cláusula 4.^a do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção diária no valor correspondente a 25% (*vinte e cinco por cento*) do custo diário de consumo de floculante (nos dias efetivos em que aconteceu o atraso).
- g) No caso de incumprimento nos termos definidos no ponto 5, da Cláusula 4.^a do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos – Cláusulas Especiais, será aplicada uma sanção diária com o valor resultante da seguinte fórmula: (quantidade de floculante usada – quantidade de floculante proposta) x preço unitário do produto.

2. No caso previsto na alínea b) do número anterior, a sanção contratual a aplicar é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \times A \times 0,1$$

- Em que P corresponde ao montante da sanção contratual, V é igual ao valor da encomenda e A é o número de dias de atraso, correspondente a essa encomenda, sendo o primeiro dia de atraso o dia de calendário seguinte ao dia da obrigação de entrega.

3. Sempre que não seja cumprida a periodicidade prevista no n.º 8 da Cláusula 19.^a do presente Caderno de Encargos, para as visitas de acompanhamento das aplicações, em cada uma das instalações e que não haja a entrega do relatório mencionado no n.º 5 da referida cláusula, será aplicada uma sanção contratual correspondente a 10% (*dez por cento*) do valor da faturação do mês em que a visita estava prevista e não foi efetuada.

4. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% (*vinete por cento*) do preço contratual.
5. Nos casos em que seja atingido o limite dos 20% (*vinete por cento*) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
6. A Tejo Atlântico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 23.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são considerados de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que os invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergente do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização

Cláusula 24.^a

Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no CCP e no presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a I (*um*) mês ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
 - b) Caso a dose exceda em 5% (*cinco por cento*) a dose contratada, sem que seja cabalmente demonstrado que tal facto se deve a motivos alheios à qualidade do

produto aplicado, através da realização de testes e ensaios, laboratoriais ou industriais.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja expressamente determinado pela Tejo Atlântico.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, a Tejo Atlântico pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
4. Ao valor da sanção contratual prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da Cláusula 22.^a, relativamente aos bens objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.

Cláusula 25.^a

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato quando os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista a alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito da resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 26.^a

Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do(s) contrato(s), nos termos previstos no Programa do Concurso, pode ser executada pela Tejo Atlântico sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela Tejo Atlântico não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.

3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a notificação da Tejo Atlântico para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 27.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos, sem prejuízo de outros que sejam obrigatórios por lei:
 - a) Seguro de Responsabilidade Civil, que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação;
 - b) Seguro de acidentes de trabalho, por parte dos membros da equipa a afetar ao fornecimento dos bens.
2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo 5 (*cinco*) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 28.ª

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 29.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico, entre o Gestor do Contrato designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na Cláusula 19.^a, e o Cocontratante para os contatos identificados em declaração do mesmo nos termos do Anexo X ao Programa do Concurso.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de 15 (quinze) dias.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 30.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 31.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 32.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

Junta:

ANEXO I – Cláusulas Especiais

ANEXO II – Localização das Instalações

ANEXO III – Caracterização das Instalações

ANEXO IV – Condições de Fornecimento

ANEXO V – Revisão de Preços

ANEXO I

CLÁUSULAS ESPECIAIS

(Documento Autónomo)

ANEXO II
LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

(Documento Autónomo)

ANEXO III
CARACTERIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES
(Documento Autónomo)

ANEXO IV

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

(Documento Autónomo)

ANEXO V

REVISÃO DE PREÇOS

Os preços-unitários serão revistos, a pedido do Cocontratante, no início do 2.º semestre de cada ano de contrato, para aplicação aos fornecimentos a efetuar nos referidos semestres, de acordo com a seguinte fórmula:

$$C_t = 0,20 \frac{El_t}{El_0} + 0,20 \frac{S_t}{S_0} + 0,15 \frac{G_t}{G_0} + 0,15 \frac{Eq_t}{Eq_0} + 0,30$$

em que:

C_t é o coeficiente de revisão de preços a aplicar a cada um dos preços-unitários;

El_t é o preço médio do kWh industrial para o semestre, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e outros impostos recuperáveis, para a Banda de consumo IF, publicado pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e disponível no sítio eletrónico www.dgeg.pt, relativo ao período a que respeita a revisão;

El_0 é o mesmo índice, mas relativo ao semestre que inclui o mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas, ou à de referência, quando tenha havido correção de preços da proposta;

S_t é o índice global dos custos de mão-de-obra (motorista-código PI I), relativo ao período ao mês em que se aplica a atualização, publicado pelo IMPIC;

S_0 é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas, ou à de referência, quando tenha havido correção de preços da proposta;

G_t é o preço do litro de gasóleo (código M22), relativo ao mês em que se efetua a atualização, publicado pelo IMPIC;

G_0 é o preço do litro do gasóleo, mas relativo ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas, ou à de referência, quando tenha havido correção de preços da proposta;

Eq_t é o índice dos custos dos equipamentos de apoio, relativo ao mês em que se efetua a atualização, publicado pelo IMPIC;

Eq_0 é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas ou de referência, quando tenha havido correção de preços da proposta;

0,30 é o coeficiente que representa a parte não revisível da adjudicação.